



COMUNICADO DE IMPRENSA

EMBARGO

O conteúdo deste Relatório não pode ser citado nem resumido na imprensa, na rádio, na televisão ou nos *media* electrónicos antes das **17:00 TMG de 18 de Junho de 2002**

TAD/INF/PR46
18 de Junho de 2002

CNUCED PROPÕE ABORDAGEM ALTERNATIVA PARA MELHORAR ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DA POBREZA NOS PAÍSES MENOS AVANÇADOS

Quando a pobreza extrema é tão generalizada e constante como acontece na maioria dos PMA, as estratégias de redução da pobreza não deveriam ter como alvo os 20% mais desfavorecidos da população, mas sim procurar elevar o nível de vida da maioria, por meio do desenvolvimento, sustenta o Least Developed Countries Report 2002 (Relatório sobre os Países Menos Desenvolvidos 2002¹), publicado hoje pela CNUCED. As estratégias de redução da pobreza que são um mero prolongamento dos antigos programas de ajustamento não serão nunca capazes de gerar um crescimento económico suficiente e sustentado para o conseguir fazer. O Relatório propõe uma abordagem alternativa para melhorar a concepção das estratégias de redução da pobreza, de modo a que a sua tarefa principal consista em duplicar o nível de vida médio dos agregados familiares o mais rapidamente possível, reforçando a capacidade produtiva e gerando novos meios de subsistência.

¹ *The Least Developed Countries Report 2002: Escaping the Poverty Trap* (número de venda E.02.II.D.13, ISBN 92-1-112562-6) está disponível ao preço de 30 dólares e ao preço especial de 15 dólares, nos países em desenvolvimento e nos países em transição. É favor dirigir-se a: United Nations Publications, Two UN Plaza, Room DC2-853, Dept. PRES, New York, N.Y. 10017, USA; tel: (00-1-800) 253 96 46 ou (00-1-212) 963 83 02, fax: (00-1-212) 963 34 89, e-mail: publications@un.org; ou Section de Vente et Commercialisation des Publications, Palais des Nations, Bureau E-4, CH-1211 Geneva 10, Switzerland, tel: (00-41-22) 917 2614, fax: (00-41-22) 917 0027, e-mail: unpubli@unog.ch, Internet: <http://www.un.org/publications>.

Mais de mil milhões de pessoas, das quais pelo menos dois terços são habitantes dos 49 países menos avançados (PMA), participam actualmente numa experiência social de grande escala. Os seus governos estão a elaborar e aplicar Documentos de Estratégia para a Redução da Pobreza (DERP), considerados como uma condição para a obtenção de ajuda e da redução da dívida. Os DERP são o elemento mais importante da abordagem da cooperação internacional para o desenvolvimento dos países com baixo rendimento introduzida nos finais da década de 1990 pelo FMI e o Banco Mundial.

Através dos DERP os governos assumem a responsabilidade pela pobreza dentro das suas fronteiras e formulam as suas próprias estratégias para a reduzir. Mas ainda não se sabe bem quais as políticas que funcionam melhor. Os resultados práticos desta experiência serão decisivos para a qualidade de vida de pelo menos mil milhões de pessoas e também para a consecução dos objectivos de redução da pobreza mundial acordados pela comunidade internacional.

O Relatório da CNUCED sustenta que a ideia fundamental da abordagem em que assentam os DERP – só se conseguirá uma redução efectiva da pobreza permitindo que os países formulem e apliquem as suas próprias políticas, não por meio de políticas nacionais impostas pelos doadores – é a correcta. Também concorda com o principal juízo subjacente à mudança que se registou no domínio da cooperação internacional para o desenvolvimento. Tal mudança consiste em reconhecer que os programas de ajustamento estrutural das décadas de 1980 e 1990 não estavam a fazer o suficiente para reduzir a pobreza nos países pobres. Utilizando um novo conjunto de estimativas sobre a pobreza (*ver TAD/INF/PR44*), o Relatório mostra que, em média, a incidência da pobreza extrema não diminuiu nos PMA que levaram a cabo programas de ajustamento estrutural, nem sequer no grupo de países onde tais programas foram bem aplicados. Quando a capacidade produtiva, os mercados e a classe empresarial que investe na produção estão subdesenvolvidos, os programas de ajustamento estrutural não geram um crescimento económico acelerado e sustentado que permita reduzir significativamente a pobreza.

Contudo, a experiência inicial dos DERP nos PMA mostra que as potencialidades criativas da nova abordagem não se estão a realizar. Tal como os velhos programas de ajustamento, os novos DERP continuam a dar prioridade à estabilização a curto prazo, em detrimento do desenvolvimento a longo prazo, aplicando limites de crédito rigorosos e políticas orçamentais restritivas. Continuam a alargar e aprofundar as antigas reformas estruturais, julgando que uma economia em que quatro em cada cinco pessoas vivem com 1 dólar por dia se comportará como um mercado perfeitamente competitivo e que as actividades económicas surgirão automaticamente, se o governo sair do caminho e o “mercado” nacional se abrir ao resto do mundo. Embora haja uma nova componente anti-pobreza – maior controlo das despesas públicas nas áreas da saúde básica, educação e projectos de infra-estruturas locais – a abordagem geral continua a não ser a melhor maneira de combater a pobreza nos PMA, afirma o Relatório da CNUCED.

Na verdade, pode mesmo vir a acontecer que, com estas novas estratégias, os países acabem por ficar na pior situação possível. As novas políticas aumentarão a vulnerabilidade a mercados globais intensamente competitivos, sem facilitarem o desenvolvimento das capacidades de produção e da oferta que é necessário para poderem competir. Ao mesmo tempo, a dependência da ajuda aumentará, no caso de se manterem as condições normais em que se processa a orientação internacional na área da segurança social.

Os países devem assumir a responsabilidade pelas políticas nacionais e garantir a sua autonomia

A CNUCED defende que, através da abordagem assente nos DERP, deveria ser agora possível promover uma redução mais eficaz da pobreza nos PMA. Mas tal não acontece, pois os governos mostram-se relutantes em pôr de parte o ajustamento, enveredando por outras vias.

O seu dilema é que os DERP ainda terão de ser aprovados pelo FMI e o Banco Mundial, para que os seus países possam beneficiar da ajuda económica e da redução da dívida. Sabem por experiência própria que, se houver interrupções nos fluxos da ajuda e demoras na redução da dívida, a incidência da pobreza irá necessariamente aumentar. Adoptar programas de ajustamento estrutural complementados por elementos a favor dos pobres minimiza os riscos de que isso aconteça. Tais programas não incluem as políticas correctas para promover o crescimento económico sustentado e, assim, reduzir a pobreza; mas não originarão interrupções e demoras do financiamento externo que iriam, seguramente, agravar a pobreza.

Para realizar plenamente as potencialidades da abordagem baseada nos DERP, serão necessárias menos condições mas mais flexíveis; uma maior aceitação, por parte das instituições financeiras, das estratégias alternativas de redução da pobreza, e um apoio vigoroso dos doadores a essas estratégias; e mais assistência técnica, a fim de familiarizar os PMA com os seus direitos e obrigações, no âmbito da OMC. O Relatório defende a introdução de indicadores de controlo do desempenho definidos pelos doadores ao nível dos países beneficiários; esses indicadores constituirão um incentivo para uma maior assunção da responsabilidade e mais parcerias e para determinar os progressos realizados nesse sentido, contribuindo assim para aumentar a eficácia da ajuda. O reforço das capacidades fundamentais do Estado, em especial em esferas como a auditoria financeira e a contabilidade, as previsões económicas e a gestão da dívida, é também essencial.

Existe efectivamente uma alternativa

Quando os países assumem a responsabilidade pelas políticas nacionais e garantem a autonomia destas, pode surgir uma maior variedade de estratégias de redução da pobreza. Mas a questão fundamental que se coloca é se há uma alternativa credível.

A CNUCED entende que a melhor maneira de pôr de parte o ajustamento estrutural e enveredar por outras vias consiste em ligar as estratégias de redução da pobreza a estratégias de desenvolvimento a longo prazo. A aplicação da estratégia de desenvolvimento global durante o prazo de 3 anos previsto no DERP permitirá determinar as acções políticas prioritárias, acções essas que corresponderão às medidas adoptadas a curto prazo para dar apoio à aplicação da estratégia. O objectivo global seria promover o crescimento económico sustentado, de modo a aumentar para o dobro o nível de vida médio dos agregados familiares; se tal acontecer, a incidência da pobreza extrema sofrerá uma descida acentuada (*ver TAD/INF/PR44*). A melhor maneira de conseguir esse aumento será através de um crescimento do investimento e das exportações resultante da interacção entre ambos e capaz de aumentar a capacidade produtiva e de gerar meios de subsistência sustentáveis.

A abordagem alternativa da CNUCED assenta na investigação anterior sobre as políticas que facilitaram o crescimento económico sustentado num período longo no Leste Asiático e sobre as maneiras possíveis de aplicar essas políticas na África a sul do Sara. Baseia-se no estabelecimento de uma ligação entre investimento e exportações, por meio da criação de oportunidades de investimento lucrativo, reduzindo os riscos e a incerteza das actividades de investimento e garantindo que sejam disponibilizados financiamentos, para que os empresários possam investir no aumento da produção. Os principais elementos desta abordagem são as políticas macroeconómicas orientadas para o crescimento, as políticas de desenvolvimento da produção com incidência sectorial, as políticas de promoção das exportações e políticas que assegurem que não haja marginalização nos próprios PMA, quando se regista um crescimento económico.

Caberá às empresas privadas desempenhar o papel mais importante nas estratégias de redução da pobreza orientadas para o desenvolvimento. Mas o processo de desenvolvimento deverá ser catalisado e orientado pelo Estado que, através da boa governação dos mercados, deverá aproveitar o motivo do lucro para fins como o desenvolvimento nacional e a redução da pobreza. Criar Estados eficazes e uma classe empresarial nacional dinâmica, disposta a canalizar os seus recursos para os investimentos internos e não para o consumo de artigos de luxo ou para a posse de riqueza no estrangeiro, continua a ser uma questão institucional essencial.

As políticas internacionais de apoio são cruciais

Um pressuposto implícito da abordagem assente nos DERP é que os objectivos de redução da pobreza à escala mundial podem ser alcançados por meios que visem a redução da pobreza a nível nacional. É, sem dúvida, um facto que, sem as políticas nacionais correctas e um governo responsável, é impossível levar a cabo uma redução efectiva da pobreza nos PMA. Mas a responsabilidade, sem a liberdade de agir com independência e sem recursos para alcançar os alvos acordados, revelar-se-á ineficaz em matéria de redução da pobreza e, em última análise, conduzirá a crises de legitimidade, afirma o Relatório. Por melhor

concebidas que sejam as políticas internas, na actual era de globalização, serão ineficazes, sem um ambiente internacional que as apoie.

O endividamento externo e a dependência dos produtos de base são dois aspectos que caracterizam o círculo vicioso da pobreza a nível internacional. É necessária, para além de uma nova política internacional sobre os produtos de base (*ver TAD/INF/PR45*), uma maior e mais rápida redução da dívida, concedida por meio de um mecanismo mais simples. No âmbito da Iniciativa reforçada a favor dos Países Pobres Muito Endividados (PPME), a redução do serviço da dívida anual em 2003-2005 relativa aos 20 países que preencheram os requisitos necessários para beneficiar de uma redução da dívida será apenas equivalente a 5,5% dos pagamentos líquidos, no âmbito da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), feitos a esses países no ano 2000. As previsões de uma saída sustentável para o problema da dívida através da Iniciativa pecam sistemática e simplisticamente por um optimismo excessivo, sustenta a CNUCED. Numa altura em que se regista uma descida dos preços dos produtos de base, o resultado da Iniciativa reforçada a favor dos PPME é muito incerto e os novos DERP não resultarão, se as dívidas e os créditos vencidos e ainda não pagos se voltarem a acumular.

Por último, há uma necessidade urgente de um aumento da ajuda e de que esta seja mais eficaz. O facto de se ter travado, em 1998-2000, a descida acentuada dos fluxos da ajuda destinados aos PMA iniciada nos princípios da década de 90 constitui um sinal positivo. Mas em termos reais *per capita*, em 2000, os pagamentos líquidos aos PMA, no âmbito da APD, foram ainda 46% inferiores aos de 1990. O impacte que a atenuação, em diferentes graus, das limitações financeiras que presidiram à formulação dos DERP teria na redução da pobreza deveria ser analisado conjuntamente pelos governos e países doadores. É provável que os sectores produtivos, designadamente a agricultura, e a infra-estrutura económica, que têm sido relativamente descurados no contexto da descida dos fluxos da ajuda, mereçam mais atenção no contexto da estratégia defendida pela CNUCED. A eficácia da ajuda aumentará consideravelmente se for prestada de acordo com as prioridades do governo, se for canalizada através do sistema do governo, a não ser que haja razões ponderosas que aconselhem o contrário, e se for prestada de uma maneira mais estável e a longo prazo.

Este comunicado de imprensa bem como a informação sobre o lançamento do *Least Developed Countries Report 2002* (incluindo excertos do Relatório) estão também disponíveis no seguinte endereço: <http://www.unctad.org>

Para mais informações, é favor contactar Charles Gore, Senior Economic Affairs Officer, tel: (00 41 22) 9075944, e-mail: charles.gore@unctad.org; Erica Meltzer, Press Officer tel: (00 41 22) 907 5365/5828; ou Alessandra Vellucci, Information Officer, tel: (00 41 22) 907 1646, fax: (00 41 22) 907 0043, e-mail: press@unctad.org